

Avaliação da graduação em biblioteconomia e ciência da informação

bases conceituais, metodológicas e princípios do processo avaliativo

Marta Lígia Pomim Valentim

Como citar: VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Avaliação da graduação em biblioteconomia e ciência da informação: bases conceituais, metodológicas e princípios do processo avaliativo. *In:* VALENTIM, Marta Lígia Pomim; RODRIGUES, Mara Eliane Fonseca; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de (org.). **Estudos sobre a formação do profissional da informação no Brasil e no Mercosul**. Marília: Fundepe; São Paulo: Abecin, 2014. p. 237-250. DOI: <https://doi.org/10.36311/2014.978-85-98176-57-4.p237-250>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Avaliação da graduação em biblioteconomia e ciência da informação: bases conceituais, metodológicas e princípios do processo avaliativo¹

14 e 15 Março de 2002, Vitória – Espírito Santo - Brasil

Marta Lúcia Pomim Valentim²

Apresentação

A ABECIN dando continuidade ao propósito de construir novas referências para o ensino da área de Biblioteconomia/Ciência da Informação, intenção esta manifesta no documento da Oficina de São Paulo, realizou sua primeira Oficina Regional de Trabalho, que reuniu as regiões Sudeste e Centro-Oeste. A referida Oficina foi sediada pelo Departamento de Ciências da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e aconteceu na cidade de Vitória/ES nos dias 14 e 15 de março de 2002.

É importante ressaltar, que ao final da Oficina de Trabalho de São Paulo/SP, realizada de 4 a 5 de outubro de 2001, no CBD/ECA/USP, em que se discutiu o Projeto Pedagógico e Avaliação da Graduação com o intuito de se construir referências que viessem a indicar uma renovação e ressignificação para o ensino de Biblioteconomia/Ciência da Informação, surgiu a preocupação em trabalhar a questão da avaliação mais detidamente quando os participantes, ao discutirem as diversas implicações de que se reveste o ato de avaliar, perceberam a neces-

1 Texto elaborado a partir da Oficina Regional de Trabalho Sudeste/Centro-Oeste, sediada pelo Departamento de Ciências da Informação/UFES, realizada em Vitória/ES, nos dias 14 e 15 de março de 2002.

2 Presidente ABECIN – Gestão 2001-2004.

sidade de aprofundar esta questão. Percebeu-se, também, que era necessário a área atentar para a *Avaliação das Condições de Ensino* dos cursos superiores que o Ministério da Educação está instituindo, pois, a curto prazo, os cursos da área de Biblioteconomia/Ciência da Informação deverão ser inseridos neste processo.

Desse modo, foi proposto que a ABECIN, através de Oficinas Regionais de Trabalho, passasse a tratar especificamente da temática sobre avaliação da graduação em Biblioteconomia/Ciência da Informação.

Apresentamos, assim, o resultado da primeira Oficina Regional de Trabalho, que teve como elementos centrais de discussão: as **bases conceituais, metodológicas** e os **princípios do processo avaliativo**.

Com o intuito de fortalecer as ações que visam à melhoria do ensino de graduação na área de Biblioteconomia/Ciência da Informação, pretendemos, agora, ampliar a socialização do debate acerca da questão da avaliação por meio da divulgação do presente documento a todos os cursos da área.

Finalmente, a ABECIN não poderia deixar de agradecer ao Departamento de Ciências da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) pelo apoio e logística oferecidos, sem os quais a Oficina não poderia acontecer.

1. Introdução

A complexidade das sociedades atuais leva a Universidade como instituição, a se defrontar com uma série de exigências. No caso do Brasil, as modificações que se operam nas relações entre a sociedade e o Estado; as inovações na base técnica do trabalho; a crescente exclusão social, entre outras situações, tende a fazer com que o ensino superior se torne alvo de debate e de profundas reformulações.

Nesse contexto, os processos de avaliação do ensino e das universidades ganham destaque e força, situando-se a avaliação como um elo efetivo entre a universidade e a realidade social. Assim, os processos avaliativos nas universidades devem gerar estímulo para o redimensionamento das ações da própria instituição, bem como para transformações na direção de uma educação comprometida com as necessidades da sociedade. A implementação desses processos, por sua vez, devem tomar como referência o Projeto Pedagógico da instituição e dos cursos correspondentes.

Sob esta perspectiva, os participantes da Oficina trabalharam as bases conceituais, metodológicas e os princípios do processo avaliativo que deveriam orientar a formação de graduação em Biblioteconomia/Ciência da Informação.

A Oficina Regional Sudeste e Centro-Oeste, contou com a participação de cerca de 25 pessoas, entre Coordenadores de Cursos de Graduação, ou seus representantes, Chefes de Departamentos de Ensino de Biblioteconomia/Ciência da Informação, Professores, Profissionais da Área e Alunos, tendo constituindo-se em um único grupo de trabalho.

O trabalho foi conduzido pela profa. Marta L. P. Valentim (ABECIN/UEL), que atuou como Coordenadora Geral da Oficina. A profa. Mara Eliane F. Rodrigues (ABECIN/UFF) ficou responsável pela exposição e relato das principais reflexões, sugestões e/ou considerações do grupo.

A metodologia de trabalho compreendeu a discussão da temática proposta, com base nos seguintes referenciais: palestra da Profa. Dra. Maria Teresa Esteban, da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, que abordou criticamente a avaliação quantitativa e qualitativa no processo de aprendizagem; documento da Oficina de São Paulo, considerado a principal referência para o desencadeamento das discussões.

Com a finalidade de nortear o trabalho do grupo foi estruturado um instrumento de trabalho, visando sistematizar a discussão e análise dos aspectos relativos ao processo de avaliação na graduação de Biblioteconomia/Ciência da Informação.

Ao final da sessão de trabalho, a relatora expôs as principais considerações do grupo, sendo aprovados os princípios gerais para a redação de um documento referência.

O presente documento visa, portanto, contemplar as reflexões originadas da discussão empreendida pelo grupo de trabalho e pretende constituir-se em importante referência para os Cursos de Biblioteconomia/Ciência da Informação balizarem seus procedimentos de avaliação.

2. Instrumento de trabalho

Tomando por base que “[...] a avaliação é o ponto de partida e ponto de chegada do processo de planejamento (concepção e operacionalização) do Projeto Pedagógico” e que nesta perspectiva é possível enfatizar “[...] dois pontos

fundamentais: primeiro, a avaliação é um processo dinâmico que qualifica e oferece subsídios ao Projeto Pedagógico; segundo, ela imprime uma direção às ações dos professores e dos alunos”, conforme explicitado no documento gerado pela Oficina de São Paulo (ABECIN, 2001, p.22-3), foi estruturado um instrumento de trabalho com a finalidade de nortear o trabalho do grupo.

O referido instrumento, visando organizar didaticamente a atividade, estabeleceu três pontos para serem trabalhados: as bases conceituais, metodológicas e os princípios do processo avaliativo.

A cada ponto de discussão foram acrescentados os aspectos e/ou questões que deveriam ser observados para delineamento das proposições. Essa sistemática permitiu ao grupo conduzir seu trabalho dentro de uma linha lógica de pensamento, conforme é relatado a seguir.

2.1 Bases Conceituais

Correspondem às concepções de conhecimento, de ciência e de educação que norteiam o processo de formação profissional, bem como aos conceitos básicos relativos à área do conhecimento afeta ao curso e que refletem uma opção no direcionamento da prática educacional e profissional que nortearão o processo de avaliação (FRANCO, 1990).

Com a compreensão de que avaliar é processo situado contextualmente, primeiramente o grupo desenvolveu as seguintes considerações.

Presenciamos o início de um novo século com fortes transformações nas políticas econômicas, sociais e nas questões epistemológicas. Os reflexos desse cenário conturbado se fazem sentir na universidade e, conseqüentemente, na educação superior.

A universidade até então se estruturou pelo paradigma da modernidade, trabalhando o conhecimento muito mais como produto do que como processo, com base na transmissão e transferência de conhecimento. Há nessa estruturação, a percepção de que a teoria vem sempre antes da prática e que esta deva ser compreendida como aplicação exclusiva daquela. Com esta compreensão, a graduação organiza o conhecimento em grades disciplinares estanques, hie-

rárquicas, fragmentadas e os estágios curriculares estão na maioria das vezes localizados no final de seus cursos.

Contraopondo-se a esta visão de conhecimento como resultado e produto, há hoje uma tendência para ver e entender o conhecimento como processo, o que exige do aluno e do professor capacidades e competências diferentes. Para o aluno solicita, ao invés de memorização, capacidade de interpretação, de julgamento de sentido e de relação com o social e o vivido. Para os professores, exige pensar práticas pedagógicas que levem os alunos a fazer aproximações com o real, interpretá-lo e, através de suas ações, como sujeitos históricos, transformá-lo, atribuindo-lhe um novo sentido e significado.

Nesse sentido, Esteban (2001, p. 16-7) afirma:

[...] prática de avaliação instituída para responder à dinâmica do processo ensino/aprendizagem e a necessidade de reconstrução do processo de avaliação como parte de um movimento articulado pelo compromisso com o desenvolvimento de uma prática pedagógica comprometida com a inclusão, com a pluralidade, com o respeito às diferenças, com a construção coletiva.

Resgatando o processo de formação e da prática da Biblioteconomia/Ciência da Informação no Brasil, algumas características precisam ser observadas.

Primeiramente, é necessário considerar a existência, por um longo tempo, de cursos de graduação específicos em Biblioteconomia. Em um segundo momento, é preciso lembrar que a Biblioteconomia, na sua origem, formou mão-de-obra para as instituições nacionais. Os primeiros cursos se abrigaram nessas instituições (Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, e Colégio Mackenzie, em São Paulo), antes de se transferirem para a universidade. O resultado foi uma formação voltada para um determinado tipo de instituição e de profissional, com perfil técnico, especializado na atividade de organização e tratamento de documentos.

A criação, na Década de 70, dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Biblioteconomia e Ciência da Informação, propiciou o surgimento da pesquisa na área e dos primeiros periódicos científicos, além de iniciar a preocupação com a formação de docentes para os cursos de graduação. Instaura-se, a partir daí, um novo momento profissional na área.

Como se pode observar, o desenvolvimento da formação e da prática profissional sofreu diferentes e significativas influências que marcaram o seu pensar e o seu fazer. Apesar de o modelo tecnicista ter marcado fortemente a formação do bibliotecário no Brasil, diante do desenho de um novo cenário a área, neste momento histórico, procura romper com essa concepção de profissional eminentemente técnico. Os cursos de graduação estão buscando, através de novas propostas curriculares, um perfil profissional de natureza mais interdisciplinar que possa dar conta de uma realidade heterogênea, em um tempo de rápidas, constantes e profundas mudanças, com um aparato tecnológico constantemente em aperfeiçoamento e com usuários cada vez mais exigentes.

Diante desse panorama, a formação do bibliotecário não deve restringir-se à perspectiva de uma profissionalização estrita, especializada. Além do domínio dos conteúdos inerentes a área, o bibliotecário deve estar preparado para enfrentar com proficiência e criatividade os problemas de sua prática profissional, produzir e difundir conhecimentos, como também refletir criticamente sobre a realidade que o envolve.

Para atender a essa exigência o ensino de Biblioteconomia deve utilizar-se de novas aproximações didáticas e pedagógicas que permitam ir além do simples domínio cognitivo de conteúdos. Nesta concepção de ensino a pesquisa atua como mola mestra da formação e da prática profissional, articulada com a extensão.

Ensino com extensão aponta para a formação contextualizada às agudas questões da sociedade contemporânea. Ensino com pesquisa aponta para o verdadeiro domínio dos instrumentos nos quais cada profissão se expressa, em seu próprio processo evolutivo (ForGRAD, 1999, p. 31).

O grupo entendeu que é com base nestes fundamentos que deve ser pensado um modelo de avaliação para a graduação de Biblioteconomia/Ciência da Informação.

2.2 Bases Metodológicas

Trata-se do referencial norteador para avaliar as condições de aprendizagem criadas e articuladas no Projeto Pedagógico do

Curso. As bases metodológicas devem conduzir a uma reflexão permanente sobre experiências realizadas e conhecimentos construídos ao longo do processo de formação (FRANCO, 1990).

O grupo compreendeu que a avaliação da graduação tem como característica ser um processo, que por sua própria definição significa o que tem prosseguimento, que não tem um término demarcado, que se realimenta no próprio proceder.

A conceituação da avaliação como processo, faz com que os cursos de graduação passem a ver o tema não como um modismo, uma etapa burocrática a ser cumprida, mas parte do contínuo repensar sobre seus fins e propósitos.

Os processos avaliativos da graduação devem perpassar a execução teórica e prática dos projetos pedagógicos dos cursos e, por isso, implicam necessariamente, julgamento de valor e responsabilidade no plano ético e político. Estes procedimentos ultrapassam o mero sentido de medir, de analisar, comparar, relacionar, hierarquizar e mesmo de emitir julgamento sobre alguns referentes. Eles explicitam, antes de tudo, o sentido social definido para o contexto de referência do curso, os fundamentos políticos, filosóficos e éticos.

Contudo, não devemos esquecer que, como a realidade, a avaliação não é neutra. Etimologicamente avaliar significa atribuir valor a alguma coisa, dar a valia. Estão presentes nela as escolhas feitas sobre as políticas implementadas, as opções da elaboração do projeto pedagógico, os métodos avaliativos implementados. Portanto, sendo a não neutralidade um fato, o grupo entendeu que interessa na avaliação, o compromisso com o questionamento, com a crítica, com a expressão do pensamento divergente e a explicitação das diferenças no plano das teorias, da epistemologia e dos métodos de investigação.

Esteban (2001, p. 21-2) acredita que o conceito

[...] ‘zona de desenvolvimento proximal’ constitui um instrumento significativo para explorar a diversidade de conhecimentos e pluralidade de processos para sua construção, além de estabelecer mecanismos para a construção de conhecimentos novos e mais amplos que os anteriores (...) como outra face dessa exigência, oferece aos professores uma ferramenta conceitual que atua no sentido de transformar a avaliação de uma prática

de classificação num processo de investigação. Esta perspectiva de avaliação insere na prática pedagógica uma ação concreta que fomenta a ação coletiva e contribui para que o professor reflita sobre seu contexto [...].

Assim, a avaliação constitui-se em um processo dialético que permite olhar as dimensões quantitativas e qualitativas como expressões do vivido, e do que se quer viver no curso, como um projeto de formação relevante para o indivíduo e para a sociedade.

Os aspectos qualitativos e quantitativos adquirem importância na medida em que permitem o diálogo entre os elementos envolvidos na avaliação, que esclarece os limites e os alcances, bem como sugere novos marcos de identificação com os ideais buscados na construção de uma formação científica e técnica comprometida com o social.

O diálogo das dimensões qualitativa e quantitativa revelam os compromissos, as trajetórias, os momentos, os determinantes, o sentido e as implicações de cada curso, bem como apontam a diversidade de direções abertas e possíveis. O conhecimento dessas dimensões não só explicitam a caminhada como o momento atual e a diversidade de opções que constituirão o futuro caminhar do curso.

Outro aspecto importante a ser ressaltado é que a qualidade do processo avaliativo não está na sua capacidade de julgar ou denunciar, mas em sua capacidade de indagar e de provocar reflexões próprias, possibilitando a ampliação permanente do refletido, do executado do transformado. Não devemos esquecer que mais importante que saber dados, é perguntar a esses dados, seu sentido e importância do ponto de vista da sociedade, da política, da cultura, da construção de uma sociedade justa, igualitária e plural.

Diante destas exposições e das atuais teorias de avaliação, o grupo reconheceu que não há modelos gerais válidos e recomenda que estes sejam construídos por e para o contexto específico de cada curso e que eles sejam validados em sua consistência específica, mantendo o diálogo entre as dimensões quantitativa e qualitativa.

2.3 Princípios do Processo Avaliativo

O processo avaliativo pressupõe a participação coletiva (professores e alunos). O processo avaliativo deve alimentar e reorientar as mudanças e estar articulado com os processos decisórios. A avaliação é o referencial que permite perspectivar, orientar, justificar e realizar escolhas, ou tomar decisões (FRANCO, 1990).

Vencidas as etapas de determinar as bases conceituais e metodológicas pelas quais a avaliação da graduação em Biblioteconomia/Ciência da Informação deve se pautar, o grupo seguindo o pressuposto que a avaliação é um processo que necessariamente se constrói em um contexto histórico social de referência e considerando que a avaliação da graduação é uma ferramenta útil e indispensável na melhoria dos processos de ensino, mas que não é somente o ensino que deve ser avaliado e sim, principalmente, o processo formativo, tentou estabelecer alguns princípios para nortear as ações dos cursos. Estes, por sua vez, foram determinados com base no Plano Nacional de Graduação do ForGRAD (1999):

- **Globalidade** – ter sempre presente a dimensão institucional de cada curso, bem como a integração de atividades de pesquisa e extensão ao processo do ensino. Dessa forma, a avaliação não se restringirá a uma ou algumas atividades.
- **Historicidade** – a avaliação é sempre um processo situado histórico, política e socialmente, não sendo, portanto, neutra. Tem sempre finalidades e pode ser utilizada com distintos objetivos. Dessa forma, faz-se necessário que a elaboração das matrizes avaliativas tenha a participação dos sujeitos envolvidos no processo, bem como sejam definidos com clareza seus objetivos, intencionalidades e que se tenha presente os objetivos construídos para o curso de graduação naquele contexto determinado. Para isso, deve-se ter seu projeto pedagógico como referencial e levar em conta as determinações presentes no contexto social que implicam diretamente a formação dos universitários de um dado curso.
- **Respeito à identidade do curso** – o processo avaliativo deve se construir observando o projeto pedagógico de cada curso, com respeito às proposições dos sujeitos integrantes do processo. Porém, isso não significa ignorar o projeto pedagógico institucional. A dimensão de inte-

ração social pode ser dada em grande medida via curso, mas a função social da universidade está presente no projeto institucional e na forma como esta concebe sua relação com a sociedade, tendo nos cursos expectativas, projeções e também funções sociais que devem caminhar em unidade para a consecução das finalidades.

- **Legitimidade** – envolvimento e compromisso dos sujeitos que integram a graduação no processo avaliativo, pois se construindo um processo legítimo de avaliação, o mesmo certamente terá a adesão necessária.
- **Participação coletiva** – ou envolvimento direto de todos os envolvidos no processo educativo do curso (professores, alunos, equipe técnico-administrativa).
- **Continuidade** – que permita comparação dos dados em diferentes momentos, ensejando à avaliação natureza processual.

3. Considerações finais

Com a realização desta primeira Oficina Regional, a ABECIN inicia uma agenda de trabalho que pretende ser propositiva e proativa. Propositiva, no sentido de manifestar competência para elaborar propostas que venham a subsidiar as mudanças que se avizinham no âmbito do ensino superior. Proativa, no sentido de mostrar capacidade em congregar os cursos de Biblioteconomia/Ciência da Informação em torno de iniciativas que permitam o fortalecimento de ações comuns concernentes a melhoria do ensino de graduação.

Nesse sentido, a avaliação deve ser vista como mecanismo balizador da qualidade do ensino oferecido pela universidade, como instituição, e pelo curso, como parte desta instituição.

Contudo, entendemos que para assegurar a avaliação esta condição é necessário que seja entendida de forma ampla, como atitude de responsabilidade da instituição/curso, do corpo docente e discente, acerca do processo formativo. Assim, pode ser percebida como movimento de reflexão desses atores em torno dos elementos constitutivos do processo ensino-aprendizagem.

O modelo de avaliação instituído pelo MEC exige, de certa forma, do corpo docente e discente, bem como da administração, uma reflexão sobre a prática pedagógica e, conseqüentemente, sobre a prática profissional. Nesse sentido,

elaborar o projeto político-pedagógico do curso, passa a ser ação prioritária, visando oferecer um processo de ensino/aprendizagem coeso, que permita ao profissional uma prática profissional competente. Por outro lado, o processo de avaliação será mais bem compreendido pelos atores desse processo.

Através do projeto político-pedagógico do curso, também é possível estabelecer as bases metodológicas que nortearão o processo de avaliação no processo de ensino/aprendizagem. Essa dinâmica permite a reconstrução do projeto político-pedagógico, de forma contínua, objetivando a qualidade de ensino tão desejada.

Desse modo, a discussão empreendida pelos participantes da Oficina Regional de Trabalho Sudeste/Centro-Oeste, marcou a maturação de uma primeira reflexão teórica acerca do processo avaliativo que deverá orientar a formação de graduação em Biblioteconomia/Ciência da Informação. Através das reflexões contidas no presente documento, buscamos, na verdade, uma formulação conceitual sobre avaliação que venha a servir de base para as discussões que deverão ocorrer no interior dos cursos de Biblioteconomia/Ciência da Informação tendo em vista o programa de Avaliação das Condições de Ensino, instituído pelo Ministério da Educação.

No entanto, a ABECIN considera que desenvolver um processo avaliativo é assumir como valor precípuo a democracia, a liberdade nas ações e ética no fazer. Assim, ao considerarmos a avaliação uma possibilidade de democracia, assumida por todos seus integrantes de forma rigorosa, isenta e autônoma, estamos propondo um *estudo crítico* sobre a prática da avaliação instituída pelo Estado para que os cursos de Biblioteconomia/Ciência da Informação ao se depararem com critérios e parâmetros que por ventura não contemplem suas especificidades, tenham argumentos sólidos para se contrapor.

Ao chamar os cursos da área para fazer este tipo de reflexão, a ABECIN está consciente do desafio que tem pela frente. Mas, considera fundamental meditar sobre esta temática, buscando novas trilhas de entendimento e proposições, uma vez que a avaliação é a matriz principal sobre a qual se assenta o debate sobre a qualidade do ensino nos cursos universitários.

Referências

ABECIN/FORGRAD. Projeto pedagógico e avaliação da graduação: referências para a renovação e ressignificação do ensino em Biblioteconomia/Ciência da Informação.

In: OFICINA de Trabalho de São Paulo. São Paulo, 2001. 29p. Disponível em: <<http://www.abecin.org>>. Acesso em: 04 mar. 2002.

ESTEBAN, M. T. (Org.). **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos**. 3.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 142p.

FORGRAD. Plano Nacional de Graduação: um projeto em construção. In: FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE GRADUAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS, 12., 1999. Ilhéus: 1999. 43p. Disponível em: <<http://www.abecin.org>>. Acesso em: 04 mar. 2002.

FRANCO, M. L. B. Pressupostos epistemológicos da avaliação educacional. **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, n.74, p. 63-67, 1990.

Bibliografia

ARROYO, M. Fracasso-sucesso: o peso da cultura escolar e do ordenamento da educação básica. In: ABRAMOWICZ, A.; MOLL, J. **Para além do fracasso escolar**. Campinas: Papirus, 1997.

BARBIER, J.-M. **La evaluación em los procesos de formación**. Barcelona: Paidós, 1993.

DALBEN, A. I. L. F. A relação da avaliação com o conhecimento. **Presença Pedagógica**, v.3, n.18, p.67-73, nov./dez. 1997.

DAVIS, C.; ESPÓSITO, Y. L. Papel e função do erro na avaliação escolar. **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, n.74, p.71-75, 1990.

ESTEBAN, M. T. Uma avaliação de outra qualidade. **Presença Pedagógica**, v.2, abr. 1996.

_____. Desafios escolares para a avaliação. **Presença Pedagógica**, v.5, n.25, jan./fev. 1999.

_____. **O que sabe quem erra?: reflexões sobre avaliação e fracasso escolar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 198p.

FLEURI, R. M. Nota: para quê? **Revista de Educação da AEC**, n.60, p.49-58, abr./jul. 1986.

HAYMAN JR., J. L.; NAPIER, R. N. **Avaliação nas escolas: um processo humano para a renovação**. Coimbra: Almediana, 1979.

HOFFMANN, J. **Avaliação mediadora: uma prática em construção, da pré-escola à universidade**. Porto Alegre: Mediação, 1995.

HOUSE, E. R. **Evaluación, ética y poder**. Madrid: Morata, 1980.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1995.

O SUCESSO escolar: um desafio pedagógico. **Cadernos CEDES**, Campinas, n.28, 1992.

Apêndice A

ABECIN - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	
DIRETORIA – GESTÃO 2001-2004	
Presidente Marta Lígia Pomim Valentim Universidade Estadual de Londrina	Vice-Presidente Mara Eliane Fonseca Rodrigues Universidade Federal Fluminense
1º Secretário José Augusto Chaves Guimarães Universidade Estadual Paulista	2º Secretário Jussara Pereira Santos Universidade Federal do Rio Grande do Sul
1º Tesoureiro Oswaldo Francisco de Almeida Júnior Universidade Estadual de Londrina	2º Tesoureiro César Augusto de Castro Universidade Federal do Maranhão
COORDENADORES REGIONAIS – GESTÃO 2001-2004	
Região Norte Célia Regina Simonetti Barbalho Universidade Federal do Amazonas	Região Nordeste Rute Batista de Pontes Universidade Federal do Ceará
Região Centro-Oeste Vera Lúcia Fürst Gonçalves de Abreu Universidade Federal de Minas Gerais	Região Sudeste Dulcinéia Sarmento Rosenberg Universidade Federal do Espírito Santo
Região São Paulo Nair Yumiko Kobashi Universidade de São Paulo e PUC- Campinas	Região Sul Miriam Vieira da Cunha Universidade Federal de Santa Catarina

Apêndice B – Participantes da Oficina

Álvara M. Carminati

Alzinete Maria Rocon Biancardi

UFES

Amabelli Maria Rabello dos Reis

UFMG

Dulcinéa Sarmiento Rosemberg

ABECIN/UFES

Eduardo Valadares da Silva

Elizabeth B. Lyra

UFES

Isabel C. Louzada Carvalho

UFES

Luciana Danielli de Araújo

Luiza Miranda Rocha

Biblioteca Pública Municipal

Prof. Mário José Gabel

Fundão/ES

Mara Eliane Fonseca Rodrigues²

ABECIN/UFF

Marcelo Nair dos Santos

UFES

Marcos Luís C. de Miranda

UNIRIO

Maria Aparecida da Costa Pereira Akabassi

UFES

Maria de Fátima Barreto

UFES

Marília Alvarenga Rocha Mendonça

UFF

Marly Sekalfoni

UFES

Marta Lígia Pomim Valentim¹

ABECIN/UDEL

Nádia Eloina Barcelos Fraga

UFES

Sheila Pereira Ricardo

Sidnei Fábio da Glória Lopes

UFES

Solange de Souza

Tatiana Bonfim de Sousa

Vera Lúcia Alves Breglia

UFF

Vera Lúcia Fürst Gonçalves de Abreu

ABECIN/UFMG

¹ Coordenadora Geral da Oficina

² Relatora da Oficina